

PROJETOS DE HUMANIDADES DIGITAIS E JUSTIÇA SOCIAL NO CONTEXTO AFRICANO¹

DIGITAL HUMANITIES PROJECTS AND SOCIAL JUSTICE WITHIN THE AFRICAN CONTEXT

Gabriel de Melo Vieira ²

Franciéle Carneiro Garcês da Silva ³

Priscila Machado Borges Sena ⁴

Resumo: Esta pesquisa investiga projetos em Humanidades Digitais nos países africanos de língua portuguesa (PALOP) com enfoque em justiça social, conforme registrado na literatura científica africana. Trata-se de um estudo aplicado, descritivo e exploratório, com procedimento documental e bibliográfico, de natureza qualitativa, abrangendo 10 artigos. Os resultados mostram que a justiça de gênero é a esfera mais prevalente de justiça social, refletindo o interesse acadêmico em desigualdades e violências de gênero. Outros esforços buscam garantir os direitos dos cidadãos. Esses achados podem promover a equidade e inclusão nos PALOP, destacando questões marginalizadas. Além disso, ampliam a compreensão das interseções entre Justiça Social e Humanidades Digitais, proporcionando uma base sólida para futuras pesquisas sobre inovação social. A pesquisa também alinha esses projetos com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, demonstrando seu papel na promoção da igualdade de gênero e na redução de desigualdades, contribuindo para uma sociedade mais justa e inclusiva.

Palavras-Chave: justiça social; humanidades digitais; PALOP; inovação.

Abstract: *This research investigates projects in Digital Humanities in Portuguese-speaking African countries (PALOP) with a focus on social justice, as recorded in African scientific literature. This is an applied, descriptive and exploratory study, with a documentary and bibliographic procedure, of a*

¹ Texto submetido, avaliado, aprovado, apresentado e preminado no ENANCIB/2023.

² Mestre em Gestão da Informação pela Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGInfo/UDESC E-mail: b.i.1@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6003-5369>.

³ Doutora e em Ciência da Informação pela Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora Adjunta da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Professora colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação, da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGInfo/UDESC). E-mail: francigarces@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2828-416X>.

⁴ Doutora em Ciência Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (PGCIN/UFSC). Professora Adjunta do Departamento de Ciências da Informação na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (DCI/FABICO/UFRGS). Professora colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação, da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGInfo/UDESC). E-mail: priscilasena.pesquisa@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5612-4315>.

qualitative nature, covering 10 articles. The results show that gender justice is the most prevalent sphere of social justice, reflecting the academic interest in gender inequalities and violence. Other efforts seek to guarantee citizens' rights. These findings can promote equity and inclusion in PALOP by highlighting marginalized issues. Furthermore, they expand understanding of the intersections between Social Justice and Digital Humanities, providing a solid foundation for future research on social innovation. The research also aligns these projects with the UN Sustainable Development Goals, demonstrating their role in promoting gender equality and reducing inequalities, contributing to a fairer and more inclusive society.

Keywords: social justice; digital humanities; PALOP; innovation.

1 INTRODUÇÃO

O avanço constante dos sistemas de informação digital em rede e o grande volume de dados, aplicativos e softwares disponíveis têm impulsionado o surgimento de novos tópicos e métodos de investigação nas humanidades. Nesse contexto, as Humanidades Digitais (HD) surgiram como um subcampo em destaque, abrindo novas possibilidades de análise e interpretação de dados. De fato, as HD têm recebido atenção crescente no ensino superior nos últimos anos, sendo reconhecida como um campo de estudos para a compreensão das dinâmicas sociais e culturais na era digital (Clement; Carter, 2017).

Nos últimos anos, os estudiosos de humanidades têm colaborado com cientistas da computação para desenvolver ferramentas que ajudem no trabalho das humanidades digitais. Embora essa colaboração seja datada em 1949, quando Roberto Busa, um jesuíta e teólogo italiano, procurou ajuda de Thomas J. Watson, fundador da IBM, para indexar as obras de Tomás de Aquino, o uso da tecnologia para aprimorar a pesquisa humanística não é novo. Busa e Watson demonstraram que as funções de busca e classificação do computador eram ferramentas atraentes para certos aspectos da pesquisa, embora seu objetivo não fosse a contagem de palavras, mas sim a interpretação doutrinária da teologia e filosofia moral de Aquino. Desde então, as humanidades e a computação têm se entrelaçado cada vez mais, primeiro em experimentações e depois na criação de uma infraestrutura sustentável para os

estudos em humanidades. Esse encontro entre as humanidades e o digital ofereceu novas abordagens para a pesquisa, levantando questões sobre a natureza das humanidades e abrindo novos métodos de investigação (Gardiner; Musto, 2015).

Apesar de as tecnologias de informação e comunicação sempre terem sido utilizadas pelos humanistas, o trabalho de informação no contexto dos dados digitais e sistemas de informação em rede apresenta uma ampla variedade de atividades que são novas para as humanidades. Essas atividades envolvem o desenvolvimento e a implementação de algoritmos, codificação, geração de estatísticas, reuniões virtuais, redes sociais, testes de usuários, além de bancos de dados, softwares, web e desenvolvimento de visualização (Clement; Carter, 2017).

Conceitualmente, as Humanidades Digitais são um campo de pesquisa que promove a intersecção entre diversas disciplinas das ciências humanas, sociais e sociais aplicadas com recursos computacionais. Essa convergência permite explorar novas formas de produção de conhecimento no ambiente digital (Pimenta, 2016). Assim como outros estudiosos de humanidades, muitos humanistas digitais se dedicam ao trabalho de informação necessário para apoiar a pesquisa com dados, métodos e ferramentas digitais, enquanto outros profissionais são geralmente treinados como intelectuais acadêmicos e muitos deles atuam como professores no ensino superior. No campo informacional, tais estudiosos de humanidades digitais estão buscando teorizar os sistemas de informação digital em rede e visam conectar sua formação em humanidades com teorias relacionadas a temas como organização, comportamento e recuperação da informação, sistemas sociotécnicos, interação humano-computador, trabalho cooperativo apoiado e sistemas de informação; áreas de investigação nos campos como os estudos de informação (Clement; Carter, 2017).

Por se tratar de uma área de estudo científico em ascensão, as HD são marcadas por discussões dinâmicas e recentes. Considerado um “campo híbrido” que abrange

não apenas a pesquisa e o estudo, mas também o ensino e, principalmente, o acesso à informação e à inovação, ainda não há um consenso estabelecido sobre sua definição exata. Essa falta de acordo resulta em diferentes interpretações sobre sua origem, delimitação conceitual e conexão com a Ciência da Informação. Esse campo de pesquisa se caracteriza pelo uso de tecnologias digitais em atividades ligadas às humanidades (Pimenta, 2016; Andrade; Dal'avedove, 2020).

Seu objetivo central é utilizar tecnologias digitais para investigar, analisar e divulgar informações relevantes nas áreas das ciências humanas, incluindo disciplinas como história, literatura, filosofia, entre outras. Essas práticas tecnológicas visam enriquecer e aprimorar a pesquisa e a compreensão dos fenômenos culturais e humanos, além de expandir as possibilidades de divulgação e disseminação do conhecimento produzido nas ciências humanas (Andrade; Dal'avedove, 2020; Miranda; Jacob, 2022).

Dentre os temas pesquisados, sobretudo que enfoquem o combate às injustiças sociais e articulem a justiça social e suas esferas (justiça informacional, justiça racial, justiça de gênero e justiça ecológica) às HD, podemos encontrar curadoria digital e inovação em HD (Poole, 2017), perspectivas indígenas e HD (Cocq, 2021), sustentabilidade, inovação e HD (Crompton, 2023).

Ao examinarmos a história da humanidade, podemos perceber que os grupos dominantes têm influenciado o desenvolvimento das sociedades, frequentemente utilizando ferramentas de controle para subjugar nações e territórios, visando a exploração e expropriação de recursos que geram riqueza. Instrumentos como o colonialismo, a religião, o gênero, a classe social e a raça foram sendo moldados ao longo do tempo e, em certos casos, complementados por outros, criando estruturas hierárquicas discriminatórias que atribuem valores desiguais a indivíduos, nações e regiões (Silva *et al.*, 2022a). Entretanto, essas populações, grupos e nações que foram

submetidas a condições de subordinação e injustiça sempre lutaram por seu livre arbítrio, liberdade, emancipação, direitos e Justiça Social.

A teoria da Justiça Social trata de um conjunto de princípios e conceitos que têm como objetivo promover uma distribuição justa de recursos e oportunidades sociais, abrangendo tanto bens tangíveis quanto intangíveis. Além disso, essa teoria visa diminuir as desigualdades sociais e garantir a igualdade de oportunidades, permitindo que cada pessoa tenha acesso aos recursos necessários para desenvolver plenamente seus talentos e contribuir de forma positiva para o bem-estar coletivo (Reisch, 2002; Silva *et al.*, 2022a).

Quando consideramos o conceito de justiça, ele se desdobra em várias vertentes, incluindo a justiça racial, que proporciona um sentido de propósito e realização para aqueles que se dedicam à luta contra a exploração, marginalização, subordinação e privação direcionadas a grupos étnico-raciais específicos, como os negros (Fraser, 2002; Desmond; Emirbayer, 2012). A justiça racial, em termos conceituais, busca reparar injustiças epistêmicas, políticas, econômicas, educacionais e sociais que resultam de processos racializadores e colonizadores, especialmente no contexto do ensino, epistemologia, bibliotecas e unidades de informação (Silva *et al.*, 2021; Black, 2022).

A Justiça de gênero busca garantir a representação equitativa de todas as pessoas em suas diversas identidades de gênero e sexualidade nos ambientes informacionais, na literatura, nos currículos e nos espaços sociais (Silva *et al.*, 2021). Além disso, destaca a importância de tornar visíveis as informações sobre direitos e demandas de grupos socialmente vulneráveis e subordinados devido às suas identidades de gênero e sexualidade. Também se empenha em “avaliar o acesso e os obstáculos ao exercício desses direitos para mulheres, homens, meninas e meninos, [com o objetivo de] adotar estratégias com perspectiva de gênero para protegê-los e

promovê-los” (Spees, 2004, p. 4). Dessa forma, o gênero é entendido como uma construção social que molda as relações entre as pessoas, e o movimento feminista se posiciona como uma demanda por Justiça Social (Connell, 2014).

No que diz respeito à Justiça Informacional, a informação está vinculada às transformações nas distribuições de recursos materiais, intangíveis e de conhecimento, bem como ao rearranjo do poder social e político que o acesso e o uso da informação podem proporcionar aos diferentes grupos sociais (Johnson, 2018). Nesse contexto, a Justiça Informacional se refere a um conjunto de princípios de Justiça Social voltados a equipar os profissionais da Biblioteconomia e Ciência da Informação com ferramentas que os capacitem a identificar os principais aspectos de equidade social nos serviços de informação (Silva *et al.*, 2022a). Adicionalmente, a Justiça Informacional busca garantir que as informações sejam fornecidas com precisão e integridade (Kernan; Hanges, 2002; Lee, 2021) e é um conceito multifacetado que reconhece as pessoas como buscadoras, fontes de informação e sujeitos informacionais (Mathiesen, 2015).

Em relação à justiça ambiental e aos direitos emergentes da natureza, há duas abordagens principais: uma que está ligada aos direitos humanos e outra focada nos direitos da própria natureza, conhecida como justiça ecológica (Gudynas, 2010). A justiça ecológica surgiu nos Estados Unidos na década de 1980, com o objetivo de ir além da proteção dos seres humanos, promovendo a solidariedade e o bem-estar de todas as formas de vida. Essa abordagem reconhece a natureza por seus próprios valores, evoluindo de uma perspectiva de valores intrínsecos para a defesa dos direitos da natureza (Gudynas, 2010; Peralta, 2014).

Ao observarmos a relação entre as HD e a CI, fica evidente que ambas têm interesse em utilizar as inovações tecnológicas para facilitar a mediação, uso e acesso à informação, contribuindo para solucionar problemas sociais. Um desses problemas é a urgência em combater as injustiças sociais, informacionais e epistêmicas que

promovem desigualdades e colocam diversas populações em lugares de subordinação e sub-representação. As injustiças ocorrem quando uma pessoa ou grupo é tratado de forma injusta dentro das sociedades, o que pode resultar em perda de oportunidades de diferentes esferas (acesso à educação, conhecimento da história de seu povo, moradia e trabalho dignos, assistência médica, entre outros.). Dentre as causas dessas injustiças, estão o racismo, as desigualdades (sociais, econômicas, políticas, informacionais, etc.), a misoginia, o sexismo, a LGBTQIAfobia e a discriminação contra determinados grupos sociais e étnico-raciais. Tais injustiças concretizam social e epistemicamente, a riqueza, poder e autoridade de uns grupos em detrimento de outros, o que resulta em injustiças estruturais (Vieira; Sena; Silva, 2023).

Os pesquisadores Bharat Mehra (2015a, 2015b) e Kay Mathiesen (2015) compreendem a justiça social como tratar indivíduos e grupos sociais de forma justa e igualitária por meio de conscientização e ações comunitárias. Os movimentos sociais, que são grupos que propõe estrategicamente ações sociais coletivas para manifestar suas necessidades, têm buscado corrigir e impedir a continuação de injustiças informacionais, históricas e epistêmicas sofridas por grupos considerados “outros” pela cultura hegemônica, utilizando a justiça social como meio para reparação epistêmica, histórica e social.

Em um cenário ideal, com a implementação efetiva da Justiça Social, diversos desdobramentos significativos poderiam acontecer, como a equidade de direitos, a promoção da paz, a garantia da liberdade individual, uma ordem social justa, além de segurança e proteção abrangente para todos os membros da comunidade (Buettner-Schmidt; Lobo, 2012).

Para alcançar a Justiça Social, é fundamental promover a interação e o respeito entre as diferenças, evitando que a objetificação de identidades coletivas ameace a Justiça Social na era da globalização. Tal objetificação pode levar à segregação e à

formação de grupos isolados, além de fomentar atitudes intolerantes e reforçar estruturas patriarcais e autoritárias (Fraser, 2002). Essa dinâmica pode resultar em uma falta de interação e compreensão entre as diversas diferenças presentes em ambientes cada vez mais multiculturais, configurando um desafio para a efetivação da Justiça Social.

A Justiça Social pode ser compreendida a partir de duas perspectivas distintas: a distribuição justa e o reconhecimento mútuo. Cada uma dessas perspectivas aborda um aspecto crucial da Justiça Social, mas nenhuma delas é suficiente por si só. Para uma compreensão mais completa do conceito de Justiça Social, é necessário integrar essas duas abordagens, obtendo assim uma visão que abarca ambas as dimensões. Assim, é possível considerar tanto a forma como os recursos são distribuídos quanto o modo como as pessoas são reconhecidas e valorizadas (Fraser, 2002).

Nas Humanidades Digitais, há abordagens que se concentram nos estudos pós-coloniais, explorando um vocabulário crítico relacionado ao poder, genealogia, discurso, gênero e globalização (Svensson, 2016). Embora o campo das HD seja predominantemente formado por textos e objetos informacionais, outras fontes de informação sobre cultura e história também são importantes para essa área (Eide; Ore, 2019).

A tecnologia e a dimensão humana não se anulam mutuamente, em vez disso, coexistem como partes essenciais de um todo maior, complexo e interconectado (Narikawa; Rodrigues, 2022). Nesse contexto, a Justiça Social nas Humanidades Digitais desempenha um papel importante ao reivindicar propriedades e materiais comunitários, além de documentar, por meio da inter-relação entre diferentes povos e da exploração de dados, recursos que serão preservados para o futuro (Losh; Wernimont, 2018).

Dessa forma, a pesquisa científica no campo informacional, voltada para grupos historicamente vulneráveis (cultural e informacionalmente), juntamente com as HD, pode produzir conhecimento que promove o desenvolvimento pessoal desses grupos, seu aprendizado e suas relações sociais (Vieira; Sena; Silva, 2023).

Quando pensamos em grupos sobre os quais ainda necessitam ser investigados dentro dos estudos informacionais, os Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP) ainda estão incipientemente representados na produção científica de tais pesquisas. Ante o exposto, a pesquisa parte do seguinte questionamento: quais os projetos em Humanidades Digitais, registrados pela literatura científica, que são voltados para a justiça social nos países africanos de língua portuguesa (PALOP) e a que tipo de justiça se referem? Com vistas a responder à pergunta, foi estabelecido como objetivo geral investigar os projetos em Humanidades Digitais nos PALOP voltados para a justiça social, registrados na literatura científica africana. Como objetivos específicos, visa: a) mapear, por intermédio da literatura científica africana, os projetos vinculados à justiça social nos PALOP; b) descrever os projetos mapeados encontrados; e c) categorizar os projetos conforme as esferas em justiça social (justiça informacional, justiça de gênero, justiça ecológica, justiça racial, justiça da deficiência etc.).

Para fins de elucidação, são apresentadas as esferas da justiça social e aspectos conceituais direcionadores deste trabalho (Quadro 1):

Quadro 1 - Quadro conceitual da Justiça social e suas esferas

DESCRIÇÃO	CONCEITO
JUSTIÇA SOCIAL	A justiça social busca uma sociedade com distribuição equitativa de recursos e onde todos as pessoas estejam seguras e protegidas física e psicologicamente. Uma vez que a justiça legal se converte em justiça social, todos os atores da sociedade têm o mesmo valor, e, portanto, suas ações devem ser em conformidade com a lei beneficiando igualmente a todos. No âmbito educacional, a justiça social envolve ao analisar, por exemplo, as razões e os meios pelos quais os alguns ambientes escolares agem de forma injustas com estudantes de um grupo social (Barzotto, 2003; Bell, 1997; Wiedeman, 2002).
JUSTIÇA DE GÊNERO	A Justiça de gênero conecta gênero, direito e justiça, favorecendo as contribuições da teoria crítica feminista para diversos campos do conhecimento, especialmente

	no entendimento da igualdade e da justiça social. Pode ser definida como processos legais equitativos que não privilegiam os homens e reconhecem as formas de injustiça que as mulheres enfrentam. Pensando em um ideal de sociedade, este deveria ser sem distinção de gênero, apoiado nos valores essenciais da justiça liberal e igualitária: igualdade de oportunidades e a importância da escolha individual de cada pessoa (Gheaus, 2011; McKay, 2000; Sousa, 2021).
JUSTIÇA INFORMACIONAL	A justiça informacional reflete as três maneiras pelas quais as pessoas se relacionam com a informação, além de ser responsável por fornecer informações e justificativas para as tomadas de decisões. Para alcançar a justiça informacional, é necessário tratar as pessoas como fontes e sujeitos informativos, além da distribuição de informações de forma justa e igualitária (Mathiesen, 2015; Rego; Souto, 2004).
JUSTIÇA ECOLÓGICA	A justiça ecológica envolve a busca por justiça entre os humanos e o mundo natural. Ela busca garantir proteção e consideração para todos os seres integrantes do nosso sistema ecológico. Busca dar garantias legais ao mundo não humano e o reconhecimento dos direitos ecológicos, onde membros da comunidade podem agir como protetores da lei e porta-vozes da natureza não humana (Barry, 2001; Borile; Calgaro, 2020; Arizio, 2016).
JUSTIÇA RACIAL	A justiça racial busca o tratamento justo para todos os grupos racializados nas sociedades e a reparação de injustiças sociais, epistêmicas, políticas, educacionais racializadoras e colonizadoras de grupos étnico-raciais (negros, africanos) historicamente colocados às margens das sociedades ocidentais (Human And Civil Rights, 2018; Black, 2023).

Fonte: Elaborado pelas autorias (2023).

Como justificativa, enquanto campo de pesquisa, a articulação entre HD, tecnologia e justiça social pode contribuir de maneira inovadora para organizar, preservar, recuperar e disseminar informações para reparar injustiças ocorridas com as populações subrepresentadas nas sociedades.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa parte da estrutura conceitual e ferramentas teóricas de justiça informacional, de Mathiesen (2015), de justiça social (Mehra, 2015a, 2015b) e de justiça de gênero e justiça racial (Austin, 2019; 2020; Black, 2023) em Ciência da Informação (Silva *et al.*, 2021, 2022), aliada aos estudos em Humanidades Digitais (Gardiner; Musto, 2015). É uma pesquisa de natureza aplicada, descritiva de cunho exploratório, de procedimento documental e bibliográfico e abordagem de pesquisa de caráter qualitativo. Dessa forma, a coleta foi realizada na base de dados *Web of*

Science com o uso de estratégias de buscas com os termos “humanidades digitais”, “justiça social”, “justiça informacional”, “justiça racial”, “justiça ecológica” e “justiça de gênero” em inglês, português e espanhol, sem delimitação temporal, conforme apresentado no Quadro 2 a seguir:

Quadro 2 - Estratégias utilizadas na coleta

ESTRATÉGIAS DE BUSCAS	QTD.	PAÍSES DE PALOP
ALL= (social justice)	135	NC
ALL= (social justice AND digital humanities)	25	Angola, Papua Guiné e Moçambique
ALL= (digital humanities)	8	Papua Guiné e Moçambique
ALL= (informational justice AND digital humanities)	2	Moçambique
ALL= (racial justice AND digital humanities)	NC	NC
ALL= (gender justice AND digital humanities)	5	Moçambique
ALL= (ecological justice AND digital humanities)	NC	NC

Fonte: Elaborado pelas autorias (2023).

Foram recuperados 175 documentos, dos quais foram selecionados dez artigos que abordam a justiça social, informacional e de gênero nos países de PALOP.

3 RESULTADOS E ANÁLISE

Nos dez artigos selecionados para análise neste trabalho, foram identificados cinco projetos referenciados em seus escopos, sendo eles: Os projetos de “Gabinetes de Atendimento à Mulher e Criança Vítimas de Violência Doméstica” e “MULEIDE - Associação Mulher, Lei e Desenvolvimento” descritos no artigo “*The impact of multilingualism on reporting domestic violence in Mozambique* [O impacto do multilinguismo na denúncia da violência doméstica em Moçambique]”, autoria de Georgina Heydon e Eliseu Mabasso.

O projeto “NAMATI”, apresentado no artigo “*Transforming policy into justice: the role of health advocates in Mozambique* [Transformando Política em Justiça: o

papel dos defensores de saúde em Moçambique]”, escrito por Ellie Feinglass, Nadja Gomes e Vivek Maru.

E por fim, os projetos “*ActionAid International*” e “*Stop Violence Against Girls in School*” relatado em “*Conceptualising gender and violence in research: Insights from studies in schools and communities in Kenya, Ghana and Mozambique* [Conceituando gênero e violência na pesquisa: insights de estudos em escolas e comunidades no Quênia, Gana e Moçambique]”, de Jenny Parkes e colaboradores. No Quadro 3 uma breve descrição dos projetos é apresentada, e os tipos de justiças que se enquadram em seus escopos.

Quadro 3 - Descrição de projetos e seus conceitos

Título do projeto	Descrição do projeto	Referência do artigo	Justiça a qual se vincula
Gabinetes de Atendimento à Mulher e Criança Vítimas de Violência Doméstica	Criado nos anos 2000 pela Polícia da República de Moçambique (PRM) os gabinetes de consulta especial foram desenvolvidos na intenção de melhorar o atendimento de mulheres e crianças como respostas às violências de gênero (Heydon; Mabasso, 2018).	HEYDON, Georgina; MABASSO, Eliseu. The impact of multilingualism on reporting domestic violence in Mozambique. Language matters , Londres, v. 49, n. 1, p. 84-106, 2018.	Justiça de Gênero
MULEIDE - Associação Mulher, Lei e Desenvolvimento	Criada em 1991, é uma organização dedicada a combater a violência de gênero, buscando eliminar desigualdades entre homens e mulheres. Com uma abordagem integrada, atua em três frentes que se reforçam mutuamente, visando reduzir a incidência dessa violência e promover igualdade de	HEYDON, Georgina; MABASSO, Eliseu. The impact of multilingualism on reporting domestic violence in Mozambique. Language matters , Londres, v. 49, n. 1, p. 84-106, 2018.	Justiça de Gênero

	oportunidades socioeconômicas.		
NAMATI	Criado em 2012, conta com apoio jurídico para fazer cumprir a lei ambiental, garantir direitos de saúde e cidadania, e empoderar cidadãos. Busca defender mudanças sistêmicas no país e políticas mais eficazes no combate ao suborno (Feinglass; Gomes; Maru, 2016)	FEINGLASS, Ellie; GOMES, Nadja; MARU, Vivek. Transforming policy into justice: the role of health advocates in Mozambique. Health and human rights , [s.l.], v. 18, n. 2, p. 233, 2016.	Justiça Informacional; Justiça Ecológica
ActionAid International	É uma iniciativa antipobreza fundamentada nos direitos humanos que considera “as causas subjacentes da pobreza e da injustiça são de gênero” reconhecendo assim, a interseção entre gênero, pobreza e injustiça (Actionaid, 2011, p. 10; Parkes <i>et al.</i> , 2013).	PARKES, Jenny <i>et al.</i> Conceptualising gender and violence in research: Insights from studies in schools and communities in Kenya, Ghana and Mozambique. International Journal of Educational Development , [s. l.], v. 33, n. 6, p. 546-556, 2013.	Justiça de Gênero
Stop Violence Against Girls in School	Criado em 2008, esse projeto tem como objetivo garantir que meninas possam desfrutar plenamente de seus direitos à educação e participação em um ambiente livre de violência em áreas distintas em Gana, Quênia e Moçambique.	PARKES, Jenny <i>et al.</i> Conceptualising gender and violence in research: Insights from studies in schools and communities in Kenya, Ghana and Mozambique. International Journal of Educational Development , [s. l.], v. 33, n. 6, p. 546-556, 2013.	Justiça de Gênero

Fonte: Elaborado pelas autorias (2023).

Com base nos projetos identificados, foi possível observar que a Justiça de Gênero é a esfera de justiça social mais recorrente nas pesquisas, com três projetos. Em seguida aparecem a Justiça Ecológica e a Justiça Informacional, com um projeto para cada uma das esferas. Isso sugere que as atenções de pesquisas têm se voltado

para questões relacionadas à gênero, principalmente no que se refere ao combate à violência contra mulher e meninas. Além disso, também foi possível observar um movimento em prol da equidade entre mulheres e homens.

É possível inferir que tais pesquisas podem ser um dos reflexos da busca pela implementação da Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas, haja vista que, como projeto de nível internacional, dentre os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), o objetivo 5 se refere à “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”, assim como o objetivo 10, o qual busca dirimir as desigualdades e promover oportunidades aos sujeitos nas sociedades sem quaisquer impedimentos por pertencimento étnico-racial, de gênero, origem, pertencimento religioso, condição econômica, entre outros.

No que tange à Justiça Ecológica e à Justiça Informacional, essas abordagens visam fornecer apoio jurídico para assegurar direitos relacionados à saúde e cidadania, bem como promover mudanças sistêmicas no país e estabelecer políticas e leis mais eficazes na luta contra a corrupção. Do mesmo modo, visam subsidiar conhecimento para tomar medidas que combatam as desigualdades sociais, informacionais e políticas, e ainda combatam a mudança climática e seus impactos. Ao analisar a justiça informacional, a luta está contra os sistemas de opressão que permitem o acesso à informação por parte de uns, e mantém outros sem informação para exercício cidadão de forma justa, sobretudo no que concerne à informação em saúde e o desenvolvimento de políticas em saúde.

Isso vai de encontro aos princípios da justiça informacional estabelecidos por Silva *et al.* (2022), justamente porque a falta de acesso à informação está estruturada por relações de poder entre as elites, consideradas ricas em informação, e os grupos sociais e étnico-raciais informacionalmente vulneráveis, considerados aqueles em estado de pobreza em informação (Butcher, 2009). Neste caso, a justiça informacional

visa a compreensão de contextos e construção de estratégias para que se revertam as injustiças no acesso à informação e haja enfrentamento das lógicas capitalistas de manutenção de desigualdades informacionais (Silva *et al.*, 2022). Enquanto isso, a justiça ecológica visa solucionar impasses socioambientais contemporâneos ao mesmo tempo em que visa o equilíbrio entre a relação entre meio ambiente, seres humanos e preservação ambientais (Borile; Calgaro, 2020).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como considerações finais, e em resposta ao objetivo geral proposto, investigar os projetos em Humanidades Digitais nos PALOP voltados para a justiça social, registrados na literatura científica africana, os resultados desta análise evidenciam que a temática da Justiça de Gênero desponta como a esfera de Justiça Social mais presente nas pesquisas. Isso se deve ao interesse da comunidade acadêmica em investigar questões relacionadas às desigualdades e as violências de gênero. Quanto as demais esferas, foram constatados esforços em fornecer meios para garantir os direitos dos cidadãos.

Com base nas informações anteriormente apresentadas, os resultados desta pesquisa têm o potencial de fazer contribuições significativas para a promoção da equidade e inclusão nas sociedades dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Esta contribuição ocorre ao direcionar a atenção para grupos socialmente marginalizados e questões relacionadas à Justiça Social que podem ter sido previamente subestimadas ou negligenciadas. Além disso, essas descobertas ampliam a compreensão das interseções entre Justiça Social e as Humanidades Digitais, proporcionando uma base sólida para pesquisas futuras que investiguem o papel da inovação e da inovação aberta no desenvolvimento de projetos com foco na promoção de uma sociedade mais justa e equitativa para todos os seus membros.

Além disso, ao relacionar as pesquisas identificadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, o trabalho demonstra como esses projetos estão alinhados com um esforço global para alcançar metas importantes, como igualdade de gênero e redução de desigualdades.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Laura Mariane de; DAL'EVEDOVE, Paula Regina. Humanidades Digitais na ciência da informação brasileira: análise da produção científica. **Revista Ibero Americana de Ciência da Informação**, [s.l.], v. 13, n. 1, p. 439-451, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/29582>. Acesso em: 8 out. 2024.

ARIZIO, Silvia Helena. **Reflexões sobre a justiça ecológica e sua importância acerca dos direitos das águas**. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito e Sustentabilidade) - Faculdade Meridional, Passo Fundo, 2016.

AUSTIN, Jeanie. Representative library collections as a response to the institutional oppression of LGBTQ youth of color. **The International Journal of Information, Diversity, & Inclusion**, [s.l.], v. 3, n. 1, p. 91-111, jan. 2019. Disponível em: <https://jps.library.utoronto.ca/index.php/ijidi/article/view/32269/24690> Acesso em: 22 jun. 2023.

AUSTIN, Jeanie. Restorative justice as a tool to address the role of policing and incarceration in the lives of youth in the United States. **Journal of Librarianship and Information Science**, [s.l.], v. 52, n. 1, p. 106-120, 2020. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0961000618787979>. Acesso em: 22 jun. 2023.

BARRY, John. Rethinking green politics, London; greening liberal democracy: practice, theory and political economy. *In*: BARRY, John; WISSENBURG, Marcel (ed.). **Sustaining Liberal Democracy: Ecological Challenges and Opportunities**. Basingstoke, 2001. p. 59–80.

BARZOTTO, Luis Fernando. Justiça Social-Gênese, estrutura e aplicação de um conceito. **Revista Jurídica da Presidência**, [s.l.], v. 5, n. 48, p. 1-21, 2003. Disponível

em: <https://revistajuridica.presidencia.gov.br/index.php/saj/article/view/747/738>. Acesso em: 8 out. 2024.

BELL, Lee Anne. Theoretical foundations for social justice education. *In*: ADAMS, Maurianne; BELL, Lee Anne; GRIFFIN, Rachel R. (ed.). **Teaching for diversity and social justice**: a sourcebook. New York: Routledge, 1997. p. 3-15.

BLACK, Kimberly. Justiça social e Biblioteconomia e Ciência da Informação Antirracista. **Revista Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, n. esp., p. 1-14, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/39918/30643> Acesso em: 22 jun. 2023.

BORILE, Giovani Orso; CALGARO, Cleide. Fundamentos da justiça ecológica. **Revista Pensamento Jurídico**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 1-22, 2020. Disponível em: <https://ojs.unialfa.com.br/index.php/pensamentojuridico/article/view/465>. Acesso em: 8 out. 2024.

BUETTNER-SCHMIDT, Kelly; LOBO, Marie L. Social justice: a concept analysis. **Journal of Advanced Nursing**, [s.l.], v. 68, n. 4, p. 948-958, 2012. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1365-2648.2011.05856.x>. Acesso em: 8 out. 2024.

BUTCHER, Matthew P. At the foundations of information justice. **Ethics and Information Technology**, [s.l.], v. 11, n. 1, p. 57-69, 2009. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10676-009-9181-2>. Acesso em: 8 out. 2024.

CLEMENT, Tanya E.; CARTER, Daniel. Connecting theory and practice in digital humanities information work. **Journal of the Association for Information Science and Technology**, [s. l.], v. 68, n. 6, p. 1385-1396, 2017. Disponível em: <https://asistdl.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/asi.23732>. Acesso em: 8 out. 2024.

COCQ, Coppélie. Revisiting the digital humanities through the lens of indigenous studies: or how to question the cultural blindness of our technologies and practices. **Journal of the Association for Information Science and Technology**, [s.l.], v. 73, n. 2, p. 333-344, 2021. Disponível em:

<https://asistdl.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/asi.24564>. Acesso em: 8 out. 2024.

CONNELL, Raewyn. Questões de gênero e Justiça Social. **Século XXI: Revista de Ciências Sociais**, [s. l.], v. 4, n. 2, p. 11-34, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/seculoxxi/article/view/17033>. Acesso em: 11 maio. 2024.

CROMPTON, Constance. “No Boutique or Fashionable Technologies”: Project development, mentorship, and sustainability in an innovation-first world. **Digital Humanities Quarterly**, [s. l.], v. 17, n. 1, p. 1-8, 2023. Disponível em: <https://dhq-static.digitalhumanities.org/pdf/000660.pdf> Acesso em: 20 ago. 2022.

DESMOND, Matthew; EMIRBAYER, Mustafá. Para imaginar e buscar a justiça racial. **Raça Etnicidade e Educação**, [s. l.], v. 15, n. 2, p. 259-289, 2012.

EIDE, Øyvind.; ORE, Christian-Emil. Ontologies and data modeling. *In*: FLANDERS, Julia; JANNIDIS, Fotis. **The shape of data in the digital humanities: modeling texts and text-based resources**. Routledge: New York, 2019.

FEINGLASS, Ellie; GOMES, Nadja; MARU, Vivek. Transforming policy into justice: the role of health advocates in Mozambique. **Health and human rights**, [s. l.], v. 18, n. 2, p. 233, 2016. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28559689/>. Acesso em: 8 out. 2024.

FRASER, Nancy. A Justiça Social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. **Revista crítica de ciências sociais**, [s.l.], n. 63, p. 7-20, 2002. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/63/RCCS63-Nancy%20Fraser-007-020.pdf>. Acesso em: 8 out. 2024.

GARDINER, Eileen; MUSTO, Ronald G. **The digital humanities: a primer for students and scholars**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

GHEAUS, Anca. Gender justice. **Journal of Ethics & Social Philosophy**, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 1-28. 2011. Disponível em: <https://philpapers.org/rec/GHEGJ-2>. Acesso em: 8 out. 2024.

GUDYNAS, Eduardo. O percurso biocêntrico: valores intrínsecos, direitos da natureza e justiça ecológica. **Tabula rasa**, [s. l.], n. 13, p. 45-71, 2010. Disponível em:

http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1794-24892010000200003&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 8 out. 2024.

HEYDON, Georgina; MABASSO, Eliseu. The impact of multilingualism on reporting domestic violence in Mozambique. **Language matters**, Londres, v. 49, n. 1, p. 84-106, 2018. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10228195.2018.1444081>. Acesso em: 8 out. 2024.

HUMAN AND CIVIL RIGHTS. **Racial justice in education**: resource guide. Pensilvânia: NEA, 2018.

JOHNSON, Jeffrey Alan. Introduction. *In: Toward Information Justice*: technology, politics, and policy for data in Higher Education Administration. Orem, TUT: Springer, 2018. p. 1-21.

KERNAN, Mary C.; HANGES, Paul J. Survivor reactions to reorganization: antecedents and consequences of procedural, interpersonal, and informational justice. **Journal of Applied Psychology**, [s. l.], v. 87, n. 5, p. 916-928, 2002. Disponível: <https://psycnet.apa.org/record/2002-04478-010>. Acesso em: 8 out. 2024.

LEE, Changjoon. Informational justice, cognitive trust, and satisfaction: purchasers' perspective of healthcare distribution market. **Journal of Distribution Science**, [s. l.], v. 19, n. 2, p. 5-14, 2021. Disponível em: https://www.kci.go.kr/kciportal/landing/article.kci?arti_id=ART002685690. Acesso em: 8 out. 2024.

LOSH, Elizabeth; WERNIMONT, Jacqueline. **Bodies of Information**: intersectional feminism and the digital humanities. Minnesota: University of Minnesota Press, 2018.

MATHIESEN, Kay. Informational Justice: a conceptual framework for social justice in library and information services. **Library Trends**, Illinois, v. 64, n. 2, p. 198-225, 2015. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/610076>. Acesso em: 20 jun. 2023.

MCKAY, Susan. Gender justice and reconciliation. **Women's Studies International Forum**, [s. l.], v. 23, n. 5, p. 561-570, 2000. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-540-85754-9_9. Acesso em: 8 out. 2024.

MEHRA, Bharat. Introduction: Social Justice in Library and Information Science & Services. **Library Trends**, Illinois, v. 64, n. 2, p. 179-197, 2015. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/610075> Acesso em: 20 jun. 2023.

MIRANDA, Májory Karoline Fernandes; JACOB, Maria Valquíria Monteiro. Humanidades Digitais e o Cmplifica: questões contemporâneas de informação. *Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação*, [s.l.], v. 9, n. especial, p. 1-13, 2022.

NARIKAWA, Thiago Augusto; RODRIGUES, Olira Saraiva. Colcha de retalhos: humanidades digitais e interculturalidade no aprendizado de línguas. **Revista Mediação**, [s. l.], ano 10, n. 13, p. 63-76, 2022. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/mediacao/article/view/6233>. Acesso em: 8 out. 2024.

PERALTA, Carlos E. A justiça ecológica como novo paradigma da sociedade de risco contemporânea. In: PERALTA, Carlos E.; ALVARENGA, Luciano J.; AUGUSTIN, Sérgio. **Direito e justiça Ambiental: diálogos interdisciplinares sobre a crise ecológica**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2014.

PIMENTA, Ricardo Medeiros. Os Objetos Técnicos e seus papéis no horizonte das Humanidades Digitais: um caso para a Ciência da Informação. **Revista Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 20-33, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/view/20/7147>. Acesso em: 8 out. 2024.

POOLE, Alex H. "A greatly unexplored area": digital curation and innovation in digital humanities. **Journal of the Association for Information Science and Technology**, [s. l.], v. 68, n. 7, p. 1772-1781, 2017. Disponível em: <https://asistdl.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/asi.23743>. Acesso em: 8 out. 2024.

PARKES, Jenny; HESLOP, Jo; OANDO, Samwel; SABAA, Susan; JANUARIO, Francisco; FIGUE, Asmara. Conceptualising gender and violence in research: Insights from studies in schools and communities in Kenya, Ghana and Mozambique. **International Journal of Educational Development**, [s. l.], v. 33, n. 6, p. 546-556, 2013. Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0738059313000035>.
Acesso em: 8 out. 2024.

REGO, Arménio; SOUTO, Solange. A percepção de justiça como antecedente do comprometimento organizacional: um estudo luso-brasileiro. **Revista de administração contemporânea**, [s. l.], v. 8, n. 1, p. 151-177, jan./mar. 2004. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rac/a/rQPksmJfFnLbv5JPqd7NkYs/?format=pdf&lang=pt>.
Acesso em: 8 out. 2024.

REISCH, Michael. Defining Social Justice in a Socially Unjust World. Families in Society. **The Journal of Contemporary Social Services**, [s. l.], v. 83, n. 4, p. 343-354, 2002. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1606/1044-3894.17>. Acesso em: 8 out. 2024.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; GARCEZ, Dirnele Carneiro; ROMEIRO, Nathália Lima; FEVRIER, Priscila Rufino; ALVES, Ana Paula Meneses. Justiça para quem? Justiça Social, informacional, racial e de gênero em bibliotecas. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21., 2021, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: IBICT; UFRJ, 2021. Disponível:
<https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxienancib/paper/viewFile/619/397>.
Acesso em: 8 out. 2024.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; GARCEZ, Dirnele Carneiro; FEVRIER, Priscila Rufino; ALVES, Ana Paula Meneses. Justiça Social e população negra: um olhar teórico-crítico para Competência em Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, 2022a. Disponível em:
<https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/40060>. Acesso em: 1 ago. 2024.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; GARCEZ, Dirnele Carneiro; SILVA, Leyde Klebia Rodrigues da; FEVRIER, Priscila Rufino; ALVES, Ana Paula Meneses. Construindo caminhos: delineando os princípios da justiça informacional. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., 2022, Porto Alegre. **Anais [...]** Porto Alegre: UFRGS, ANCIB, 2022. Disponível em:
<https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxiiencib/paper/viewFile/1208/784>.
Acesso em: 8 out. 2024.

SOUSA, Maria Eliane A. Justiça de Gênero: uma possível interpretação à luz das esferas de justiça de Michael Walzer. **Revista Direitos Democráticos & Estado Moderno**, São Paulo, n. 3, p. 97-111, 2021. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/DDEM/article/view/54971/38456>. Acesso em: 8 out. 2024.

SPEES, Pam. **Gender Justice and accountability in peace support operations: closing the gaps**. London: International Alert, 2004.

SVENSSON, Patrik. Sorting out the digital humanities. *In*: SCHREIBMAN, Susan; SIEMENS, Ray; UNSWORTH, John. **A new companion to digital humanities**. Chichester: John Wiley & Sons, 2016. p. 476-492.

VIEIRA, Gabriel de Melo Vieira; SENA, Priscila Machado Borges; SILVA, Franciéle Carneiro Garcês. A Justiça social em projetos de Humanidades Digitais. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL EM HUMANIDADES DIGITAIS, 3., 2023, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: HDRio, 2023. Disponível em: <https://ancib.org/enancib/index.php/enancib/xxxiiienancib/paper/viewFile/1677/1172>. Acesso em: 8 out. 2024.

WIEDEMAN, Claudia Ramirez. Teacher preparation, social justice, equity: a review of the literature. **Equity & Excellence in Education**, [s. l.], v. 35, n. 3, p. 200-211, 2002. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/713845323>. Acesso em: 8 out. 2024.

Copyright: Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. 



 tpbci@ancib.org

 [@anciboficial](https://www.instagram.com/anciboficial)

 [@ancib_brasil](https://twitter.com/ancib_brasil)